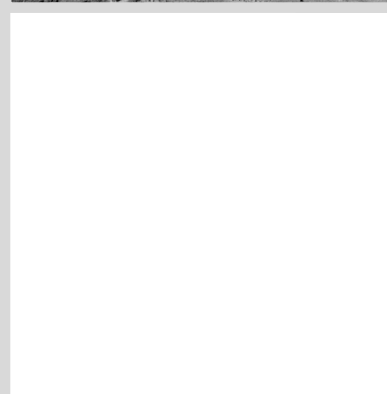
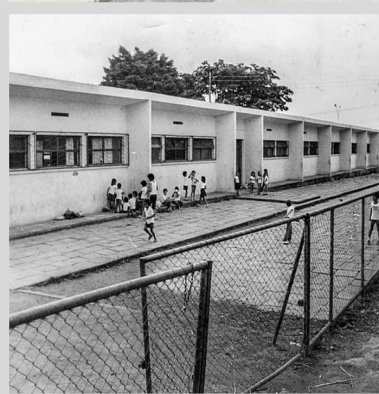
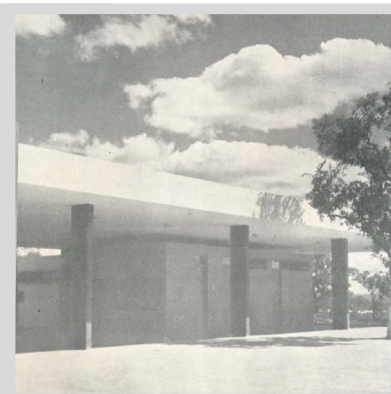


Da Construção de Brasília à Organização Regional do Ensino no DF





GOVERNORA DO DISTRITO FEDERAL
Celina Leão Hizim Ferreira

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL
Iêdes Soares Braga

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Isaías Aparecido da Silva

SUBSECRETARIO DE OPERAÇÕES EM TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Isac Aguiar de Castro

DIRETOR DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
Neviton Alex Meireles

GERENTE DE ESTUDO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES E
ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS
Rafael da Silva Oliveira

EQUIPE TÉCNICA
Alessandra Furtado da Silva
Ayllah Ahmad Lopes
Lucilene Dias Cordeiro
Vanessa de Paula Reis

TÉCNICAS RESPONSÁVEIS
Vanessa de Paula Reis
Ayllah Ahmad Lopes

REVISÃO
Sheila Francisca Machado

COMPOSIÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
Vanessa de Paula Reis

COLABORADOR
Lourival Ferreira da Silva Filho

Setor Comercial Norte - Quadra 06, Conjunto A,
Edifício Venâncio 3.000, 5º andar, Brasília-DF
Disponível em: [https://educadfdadosabertos.se.df.gov.br/
portal-dados/repositorio-conhecimento-grupo?nome=unidades_](https://educadfdadosabertos.se.df.gov.br/portal-dados/repositorio-conhecimento-grupo?nome=unidades_escolares)
[escolares.](https://educadfdadosabertos.se.df.gov.br/portal-dados/repositorio-conhecimento-grupo?nome=unidades_escolares)
E-mail: dinfe.subtic@se.df.gov.br
Telefone: (61) 3318-2940

FOTOS DA CAPA

- Escola Classe Júlia Kubitschek

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CEUB. **Conheça como foi construída a primeira unidade de ensino na capital do país.** Publicado em: 16 set. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/conheca-como-foi-construida-a-primeira-unidade-de-ensino-na-capital-do-pais/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

- Centro de Ensino Médio EIT

DISTRITO FEDERAL. Arquivo Público do Distrito Federal. **Revista Brasília**, ano 4, n.40. Publicado em: 21 abr. 1960. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/revista-brasilia>. Acesso em: 14 abr. 2026.

- Escola Parque 307-308 Sul

DISTRITO FEDERAL. Arquivo Público do Distrito Federal. **Revista Brasília**, ano 4, n.37. Publicado em: jan. 1960. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/revista-brasilia>. Acesso em: 14 abr. 2026.

- Jardim de Infância 208 Sul

DISTRITO FEDERAL. Arquivo Público do Distrito Federal. **Revista Brasília**, ano 4, n.40. Publicado em: 21 abr. 1960. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/revista-brasilia>. Acesso em: 14 abr. 2026.

- Centro de Ensino Médio de Brasília

FACEBOOK. **Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)** – fotos. Disponível em: <https://www.facebook.com/ArPDF/photos>. Acesso em: 14 abr. 2026.

- Escola Classe 01 de Taguatinga

FACEBOOK. **Escola Classe 01 de Taguatinga 1960**, captura de imagem em: 20 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36cGs1i>. Acesso em: 23 out. 2019.

SUMÁRIO

Da Construção de Brasília à Organização Regional do Ensino no DF	
Introdução	06
I - Brasília: História, Planejamento e Consolidação	07
1 - Panorama Cronológico	08
1.1 - Ideias e Planejamento (Séculos XVIII - XIX)	08
1.2 - Fundamentação Jurídica (Início do Século XX)	09
1.3 - A Construção e Inauguração (1956-1960)	11
1.4 - Pós-Inauguração e Consolidação (1960-Presente)	12
II - Organização Regional do Ensino no Distrito Federal	21
1 - Distritos Educacionais e Complexos Escolares	21
2 - Diretorias Regionais de Ensino (DRE)	22
3 - Divisões Regionais de Ensino	22
4 - Gerências Regionais de Ensino (GRE)	23
5 - Diretorias Regionais de Ensino (DRE) novamente	23
6 - Consolidação e reestruturações recentes	24
Anexos	
Tabela 1 - 35 regiões administrativas do Distrito Federal.	27
Tabela 2 - Criação das Regionais de Ensino.	28
Tabela 3 - Total de Escolas e Extensão Territorial das Regionais de Ensino.	29
Tabela 4 - Total de Escolas por Tipologia das Regionais de Ensino.	29
Tabela 5 - Total de Escolas por Tipologia nas Regiões Administrativas do DF	30
Considerações Finais	32
Referências Bibliográficas	33
Referência de Imagens	35

Histórico de Versões		
Data	Descrição	Versão
10/02/2026	Criação do documento	1.0
31/08/2026	Publicação no site: https://educadfdadosabertos.se.df.gov.br/portal-dados/repositorio-conhecimento-grupo?nome=unidades_escolares	1.0

Lista de Siglas

[s.d]	Informação sem data
art.	Artigo
C.D	Conselho Diretor da antiga FEDF
CASEB	Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CRE	Coordenações Regionais de Ensino
DF	Distrito Federal
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
DRE	De 1990 a 2000 Divisões Regionais de Ensino e de 2004 a 2011 Diretorias Regionais de Ensino
FEDF	Fundação Educacional do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GO	Goiás
GRE	Gerências Regionais de Ensino
Inep	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitschek
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
RA	Região Administrativa
SCIA	Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
SINJ-DF	Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Introdução

A história de Brasília representa a concretização de um ideal que, ao longo de mais de dois séculos, amadureceu no imaginário político nacional até transformar-se em uma das mais ousadas realizações do século XX: a construção de uma nova capital no interior do país. Mais do que a simples transferência da sede do governo, o projeto simbolizou uma estratégia de interiorização do poder, integração territorial e fortalecimento da unidade nacional. A cidade foi oficialmente inaugurada em 21 de abril de 1960, pelo presidente Juscelino Kubitschek, após um processo de construção realizado em tempo recorde.

Ao contrário da percepção de que a mudança da capital teria sido uma decisão repentina, a proposta remonta ao século XVIII, quando já se defendia o deslocamento do centro administrativo para o interior, visando maior segurança e coesão territorial. Durante o século XIX, intelectuais, políticos e estadistas mantiveram viva essa ideia, consolidando-a como projeto estratégico para o desenvolvimento do país.

Esse ideal histórico foi retomado com vigor por Juscelino Kubitschek ao assumir a Presidência da República, em 1956. Ao incorporá-lo ao seu Plano de Metas, JK assumiu o compromisso político de torná-lo realidade. Com forte mobilização nacional e determinação administrativa, conduziu a construção de Brasília, que se tornaria a principal marca de seu governo e um marco decisivo na história política, urbana e simbólica do Brasil.

Entretanto, a trajetória do Distrito Federal não se limita à implantação do Plano Piloto. Desde o período das obras, o intenso fluxo migratório resultou na formação de núcleos urbanos que deram origem às chamadas cidades-satélites, posteriormente estruturadas como Regiões Administrativas (RAs). A partir da Lei nº 4.545, de 1964, instituiu-se oficialmente a divisão administrativa do território, ampliada ao longo das décadas para acompanhar o crescimento populacional e a expansão urbana. Atualmente, o Distrito Federal é composto por 35 Regiões Administrativas, resultado de sucessivos desmembramentos, regularizações e redefinições territoriais.

A mesma Lei nº 4.545/1964 também promoveu a organização do sistema público de ensino do Distrito Federal, que passou por diversas reformulações estruturais ao longo do tempo, acompanhando a expansão urbana, populacional e institucional do DF e de suas Regiões Administrativas. A configuração atual das Coordenações Regionais de Ensino (CRE) decorre de um processo histórico iniciado ainda na década de 1960, marcado por diferentes modelos de regionalização, alterações de nomenclatura e distintas concepções de gestão educacional.

Nos primeiros anos, a administração do ensino público encontrava-se fortemente centralizada na Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), vinculada à Secretaria de Educação e Cultura (SEC). Contudo, com a expansão territorial do DF, esse modelo passou a revelar limitações significativas. O rápido crescimento populacional, a ampliação da rede escolar e a crescente complexidade das demandas administrativas e pedagógicas evidenciaram a necessidade de uma instância intermediária de gestão, capaz de aproximar a administração central das unidades escolares e de responder com maior agilidade às especificidades locais.

É nesse cenário que se consolida o debate sobre a regionalização do sistema de ensino, entendida como instrumento de racionalização administrativa, fortalecimento da eficiência da gestão pública e aprimoramento do atendimento educacional.

Diante desse contexto, o presente trabalho foi estruturado em duas etapas: a primeira, intitulada “Brasília: História, Planejamento e Consolidação”, aborda o processo histórico de criação e organização territorial do Distrito Federal; a segunda, “Organização Regional do Ensino no Distrito Federal em suas Regiões Administrativas”, analisa a evolução da gestão educacional e a constituição das Regionais de Ensino.

I - Brasília: História, Planejamento e Consolidação

A criação de Brasília e a formação do Distrito Federal representam um dos mais ambiciosos projetos políticos e territoriais da história do Brasil. Muito antes da inauguração da nova capital, em 21 de abril de 1960, a ideia de transferir a sede do governo para o interior do país já estava presente no imaginário nacional. Desde o período colonial, estadistas e intelectuais defendiam a interiorização da capital como estratégia de integração territorial, fortalecimento da soberania, ocupação do Planalto Central e redução da vulnerabilidade litorânea.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, diferentes propostas surgiram com esse objetivo, sendo retomadas com maior consistência no período republicano. A Constituição de 1891 incorporou formalmente o projeto ao determinar a reserva de uma área no Planalto Central para a futura Capital Federal, estabelecendo base jurídica para sua concretização. Expedições técnicas, como a Missão Cruls, contribuíram para os estudos de localização, enquanto sucessivas constituições mantiveram a determinação da mudança.

A efetivação do projeto ocorreu somente no governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), quando a construção de Brasília se tornou prioridade do Plano de Metas. Em tempo recorde, ergueu-se uma cidade planejada segundo os princípios do urbanismo modernista, com o Plano Piloto de Lúcio Costa, a arquitetura monumental de Oscar Niemeyer e a participação decisiva de milhares de trabalhadores — os candangos — vindos de diversas regiões do país. Brasília tornou-se, assim, símbolo de modernização, desenvolvimento e integração nacional.

Entretanto, a história do Distrito Federal não se restringe à construção do Plano Piloto. Desde o período das obras, o intenso fluxo migratório gerou a formação de núcleos urbanos que deram origem às chamadas cidades-satélites, posteriormente organizadas como Regiões Administrativas (RAs). A partir da Lei nº 4.545/1964, estruturou-se oficialmente a divisão administrativa do território, que ao longo das décadas foi ampliada para acompanhar o crescimento populacional e a expansão urbana. Atualmente, o Distrito Federal é composto por 35 Regiões Administrativas, resultado de um contínuo processo de desmembramentos, regularizações e redefinições territoriais.

Este resumo cronológico, fundamentado em publicações da Câmara dos Deputados (2003), do Arquivo Público do Distrito Federal e em legislações distritais e federais, organiza os principais marcos históricos da concepção, implantação e consolidação de Brasília e de seu território. Ao percorrer essa trajetória, evidencia-se que o Distrito Federal é fruto de um projeto nacional de longa duração, cuja construção envolveu decisões políticas estratégicas, planejamento urbano inovador e intensos processos sociais que moldaram sua configuração atual.



1 - Panorama Cronológico

1.1 - Ideias e Planejamento (Séculos XVIII - XIX)



Figura 1: RESTOS DE COLECÇÃO, 2014.

- **1751** – O Marquês de Pombal (Figura 1), manifestou a possibilidade de transferir a capital do Brasil, então uma Colônia portuguesa, para o interior.
- **1763** – A sede da colônia muda de Salvador para o Rio de Janeiro, mas já surgem ideias de transferir a capital para o interior por segurança.
- **1789** – Os inconfindentes mineiros, liderados por Tiradentes, já propunham a fundação de uma nova capital no interior do Brasil.



Figura 2: AGÊNCIA SENADO, 2020.

- **1813** – Hipólito José da Costa (Figura 2), jornalista brasileiro exilado em Londres, publica no jornal Correio Braziliense sua primeira de muitas defesas da “transferência da capital para o interior central na cabeceira dos grandes rios”.

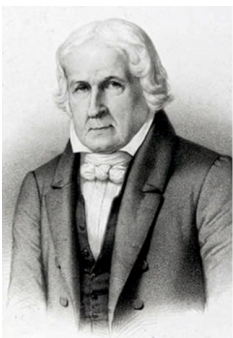


Figura 3: AGÊNCIA SENADO, 2020.

- **1821** – José Bonifácio de Andrada e Silva (Figura 3) sugere, nas “Instruções dos Deputados Paulistas à Corte”, que se levante no interior do Brasil uma cidade central para a corte, na latitude de aproximadamente 15°.
- **1822** – Logo após a Proclamação da Independência, Menezes Palmiro propõe a criação de uma província central para a construção da capital definitiva do Império. Menezes sugere o nome Pedrália, em homenagem ao Imperador D. Pedro I.

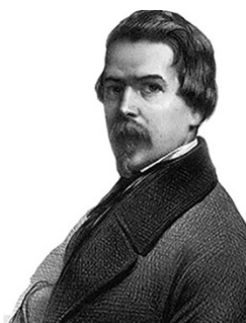


Figura 4: AGÊNCIA SENADO, 2020.

- **1823** – José Bonifácio sugere, pela primeira vez, o nome Brasília ou Petrópolis para uma futura capital no interior.
- **1877** – Durante o reinado de dom Pedro II, Francisco Adolfo de Varnhagen (Figura 4), historiador renomado da época, liderou a retomada da campanha pela transferência da capital para o interior (Figura 5). Após explorar o Planalto Central, propôs a construção da cidade de Imperatória (homenagem ao imperador dom Pedro II), entre as lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas.



O mapa “Carta Topographica e Administrativa da Província de Goyaz” de 1849
Figura 5: DISTRITO FEDERAL, 2025.



- **1883** – O missionário italiano Dom Bosco (Figura 6) tem um sonho profético sobre uma nova civilização que surgiria entre os paralelos 15 e 20, local da atual Brasília.
- **1889** – Houve o fim do Império e a Proclamação da República.

Figura 6: PERSONAGENS DO DF, 2018.

1.2 - Fundamentação Jurídica (Início do Século XX)

- **1891** – A primeira Constituição da República determina, no art. 3º, a mudança da capital para um ponto central do país. *“Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.”*
- **1892** – O Presidente Floriano Peixoto, fiel à Constituição de 1891, constitui a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” (Figura 7), chefiada pelo engenheiro e astrônomo belga Luiz Cruls.



Figura 7: G1, 2019.

- **1893** – Pela primeira vez um mapa do Brasil indica, no Planalto de Goiás, um retângulo com a inscrição “Futuro Distrito Federal”, o qual ficou conhecido como “Quadrilátero Cruls”
- **1894** – Luiz Cruls (Figura 8) publica relatório sobre o Planalto Central.



Figura 8: DISTRITO FEDERAL, 1960.

- **1921** – Projeto dos deputados federais Americano do Brasil e Rodrigues Machado propõe o lançamento da pedra fundamental da futura capital no Planalto Central, sugerindo início de imediato da construção.
- **1922** – Na comemoração do centenário da Independência foi lançada, no Sítio Castanho próximo de Planaltina, a pedra fundamental da futura Capital dos Estados Unidos do Brasil (Figura 9).
- **1934** – A Segunda Constituição da República, no art. 4º das Disposições Transitórias, manteve o texto da Primeira Carta: “Será transferida a Capital da União para o ponto central do Brasil”.
- **1940** – Getúlio Vargas lança a campanha Marcha para o Oeste, programa para ocupar os vazios do Brasil Central; Vargas não estava movido, contudo, pela ideia da transferência da capital.



Figura 9: BRAZILIA.JOR.BR, 2012.

- **1946** – Cai o Estado Novo, restaura-se a Democracia, promulga-se nova Constituição, que decretava: “A Capital da União será transferida para o Planalto Central”. O Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeia comissão de técnicos, sob a presidência do Marechal Djalma Polli Coelho, para realizar estudos de localização.

- **1948** – A Comissão presidida pelo Marechal Djalma sugere como localização da nova capital o mesmo território escolhido pela “Comissão Cruls”, em 1892.

- **1953** – O General Caiado de Castro é nomeado por Getúlio Vargas para presidir nova “Comissão de Localização da Nova Capital Federal”.



Figura 10: VEJA, 2009.
O Gen. João Pessoa (chapéu de palha, à direita) coordena os trabalhos técnicos para a escolha da Nova Capital, 1955.

- **1954** – Assume a Presidência da República o vice-presidente João Café Filho e convida o marechal José Pessoa para presidir a Comissão de Planejamento, Coordenação e Mudança da Capital Federal (Figura 10).

- **1955** – No dia 5 de fevereiro, o vice-governador de Goiás, Bernardo Sayão, espera, em Formosa, Estado de Goiás, com um comboio de seis jipes, o Marechal José Pessoa (Figura 11), o seu ajudante-de-ordens e secretário da Comissão, capitão Ernesto Silva, e o marechal Mário Travassos. O Marechal José Pessoa apresenta o relatório final dos trabalhos.



Figura 11: DISTRITO FEDERAL, 1960.

- **1955** – Joffre Mozart Parada fazia parte da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal e era o engenheiro responsável pela demarcação e posterior desapropriação das terras (mais de 100 fazendas mapeadas) da futura capital, criando o primeiro mapa do Distrito Federal (Figura 12).



Figura 12: AGÊNCIA CEUB, 2024.

1.3 - A Construção e Inauguração (1956-1960)



Figura 11: WIKIPÉDIA, 2019.

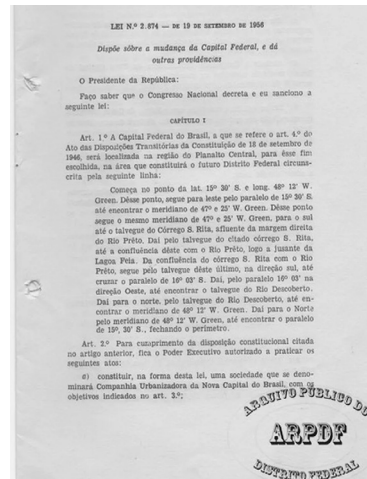


Figura 12: G1, 2019.

• **1956** – Juscelino Kubitschek assume a presidência e torna a construção de Brasília a prioridade do seu "Plano de Metas". Criação por JK da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) (Figura 11) através da Lei nº 2.874/1956 (BRASIL, 1956) (Figura 12), sendo Israel Pinheiro nomeado Presidente e como Diretores foram nomeados: Bernardo Sayão, Ernesto Silva e Íris Meimberg (Figura 13). Ainda neste ano foi construído o Catetinho, a primeira residência oficial de JK (Figura 14).



Figura 13: AGÊNCIA BRASÍLIA, 2019.



Figura 14: WIKIPÉDIA, 2019.

• **1957** – O projeto urbanístico de Lúcio Costa (Plano Piloto) (Figura 15) vence o concurso nacional. Com o projeto urbanístico aprovado, Juscelino escolheu Oscar Niemeyer como o arquiteto responsável pela construção dos monumentos, Burle Marx, com jardins e praças, Athos Bulcão, com os painéis de azulejos, Joaquim Cardozo, Engenheiro estrutural, Marianne Peretti, projetos dos vitrais e os Candangos: Operários que construíram a cidade, vindos de diversas partes do país, especialmente do Nordeste.

• **1957** – Joffre Mozart foi convidado por Bernardo Sayão para trabalhar como engenheiro-chefe da Divisão de Topografia Urbana da Novacap. Foi responsável pela demarcação do Marco Zero (20/04/1957) (Figura 16) exatamente no ponto de encontro do Eixo Monumental com o Eixo Rodoviário, além dos limites do Lago Paranoá.

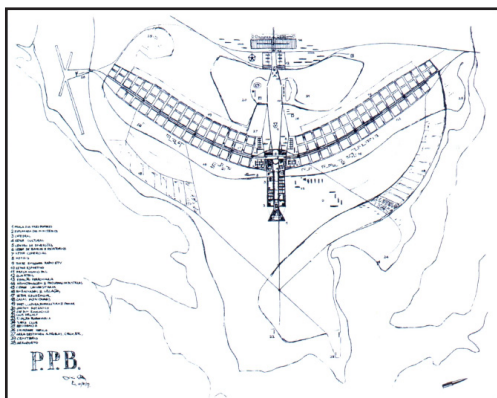


Figura 15: MEMORIAL DA DEMOCRACIA, [s.d]

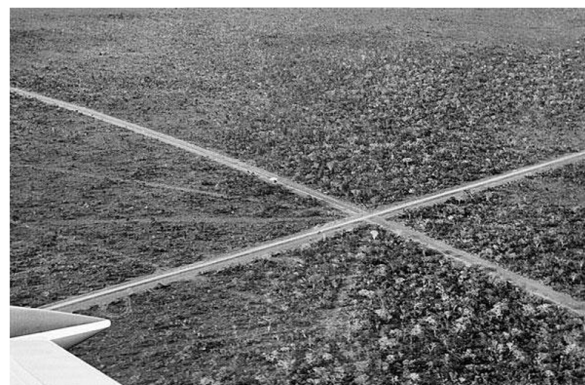


Figura 16: DISTRITO FEDERAL, 2025.

- **1958** – Construção de vários Edifícios Públicos como: Palácio da Alvorada, o Brasília Palace Hotel e a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, a esplanada dos ministérios, a Praça dos Três Poderes com o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e o Palácio da Alvorada, entre outras.
- **1959** – A Novacap focava na conclusão de centenas de milhares de metros quadrados de construções, com muitas obras na fase final de acabamento a serem inaugurados em abril de 1960.
- **1960** – 21 de abril - Inauguração oficial de Brasília pelo presidente JK (Figuras 17 e 18), transferindo a sede do governo do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Pela Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 (BRASIL, 1960), que dispunha sobre a organização administrativa do DF e cria sua Prefeitura sendo Israel Pinheiro o primeiro prefeito (anterior Presidente da NOVACAP).



Figura 17 e 18: AGÊNCIA SENADO, 2020.

1.4 - Pós-Inauguração e Consolidação (1960-Presente)

Enquanto, em 1956, era organizado o concurso que definiria a proposta arquitetônica da nova capital, o número de migrantes que chegavam ao Planalto Central em busca de trabalho e melhores condições de vida crescia rapidamente. Diante da ausência de infraestrutura urbana para acolhê-los, os chamados “candangos” passaram a instalar acampamentos improvisados e irregulares nas áreas próximas às obras.

A partir de 1958, por meio de ações de remoção e reassentamento das famílias “candangas”, foram criadas as principais cidades-satélites de Brasília.

Década de 1950 - 1960

Planaltina (1859) e Brazlândia (1933) são núcleos urbanos anteriores à transferência da capital para o Planalto Central. Com o início da construção de Brasília, a partir de 1956, foram criadas novas localidades para receber o grande contingente de trabalhadores que chegava à região.

Em 1956, instituiu-se a Cidade Livre, posteriormente denominada Núcleo Bandeirante, como apoio direto às obras da capital. No ano seguinte, em 1957, formou-se a Vila Paranoá, inicialmente um acampamento destinado aos operários responsáveis pela construção da Barragem do Lago Paranoá, que ali se fixaram.

Em 1958, foi fundada Taguatinga, planejada para abrigar trabalhadores atraídos pelas obras de Brasília. Em 1959, surgiu o Cruzeiro, voltado ao alojamento de servidores públicos transferidos para a nova capital. Já em 1960, ano da inauguração de Brasília, foram criados o Gama e Sobradinho, ambos destinados a acomodar famílias removidas do Plano Piloto e a atender ao crescimento populacional decorrente da implantação da capital federal (DISTRITO FEDERAL, 2020).



Figura 19: TOURINHO, 2023.

• **1958** - Taguatinga foi a primeira cidade satélite, criada para organizar o reassentamento de candangos que ocupavam a "Cidade Livre" (atual Núcleo Bandeirante) (Figura 19). Inicialmente chamada de Vila Sarah Kubitschek, foi planejada por Lucio Costa, mas deveria nascer apenas dez anos depois da inauguração de Brasília.



Figura 20: AGÊNCIA BRASÍLIA, 2019.

• **1959** - Sobradinho (Figura 20) foi a Segunda cidade fundada em 13 de maio de 1960 para abrigar a população que vivia nos acampamentos de empreiteiras localizadas na Vila Amaury, no Bananal e nas invasões próximas à Vila Planalto, inundadas pelas águas do Lago Paranoá.



Figura 21: AGÊNCIA BRASÍLIA, 2019.

• **1960** - Gama (Figura 21) foi a terceira cidade desenvolvida para fixar a população trabalhadora no sul do Distrito Federal. As terras que hoje constituem a região administrativa do Gama pertenciam à Fazenda Ipê, Fazenda do Alagado, Fazenda da Suzana, Fazenda Ponte Alta e Fazenda Gama, que acabaram desapropriadas para a construção de Brasília.

Com o objetivo de facilitar a gestão dessas localidades, o Distrito Federal foi organizado em Regiões Administrativas (RAs) por meio da Lei Federal nº 4.545, de 1964. A medida buscou descentralizar a administração e aprimorar a coordenação dos serviços de caráter local. Cada Região Administrativa passou a contar com um administrador regional, nomeado pelo governador do Distrito Federal. À época, foram instituídas oito RAs, que posteriormente foram sendo desmembradas e ampliadas conforme o crescimento e a consolidação da ocupação urbana no território do DF (DISTRITO FEDERAL, 2020).

• **1964** - Pela Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro, foi definido a organização da Prefeitura, secretarias e criou a divisão em Regiões Administrativas (RAs) para descentralizar serviços locais. O Artigo 31 estabeleceu que o DF seria dividido em 8 (oito) regiões administrativas, sendo: RA I Brasília, RA II Gama, RA III Taguatinga, RA IV Brazlândia, RA V Sobradinho, RA VI Planaltina, RA VII Paranoá, RA VIII Jardim (SINJ, 2026).



Figura 22: IBGE, 2026.

• **Planaltina** - É a região administrativa mais antiga do Distrito Federal, fundada em 19 de agosto de 1859 como Distrito de Mestre D'armas, em Formosa (GO) (Figura 22), e incorporada ao DF em 10 de dezembro de 1964. Local histórico que hospedou a Missão Cruls (1892-1894) e a Pedra Fundamental de Brasília (1922), evoluiu de um núcleo colonial para uma cidade satélite com rápida expansão populacional nos anos 1960.



Figura 23: FACEBOOK, 2013.

• **Brazlândia** - É uma das regiões administrativas mais antigas do DF. Sua origem remonta a 1852, quando surgiu como um povoado de Luziânia (GO), recebendo o nome em homenagem à família Braz de Lima, pioneira na ocupação da região. A cidade foi oficialmente fundada em 5 de junho de 1933 e incorporada ao Distrito Federal em 1964. Localizada a cerca de 59 km do Plano Piloto, Brazlândia (Figura 23) é a região administrativa mais distante do centro da capital.



Figura 24: TOURINHO, 2023.

• **Núcleo Bandeirante** - Fundado em 19 de dezembro de 1956 como "Cidade Livre" (Figura 24), foi o primeiro núcleo urbano de apoio à construção de Brasília. Inicialmente, idealizada por Bernardo Sayão, foi concebido como um centro comercial provisório, isento de impostos e destinado aos candangos, que posteriormente, consolidou-se como cidade, tornando-se Região Administrativa em 1964, conforme a Lei 4.545, de 10 de dezembro de 1964, a época denominada de "Ra VIII Jardim".



Figura 25: FACEBOOK, 2022.

• **Paranoá** - Surgiu na década de 1950 como um acampamento de operários, a Vila Paranoá (Figura 25), construído para a obra da barragem do Lago Paranoá. Oficializado pela Lei 4.545, de 10 de dezembro de 1964, a região administrativa evoluiu de moradia provisória de pioneiros para uma comunidade autônoma.

Satélite era núcleo de fixação

Em 21 de outubro de 1965, foi assinado o Decreto nº 456 que organizou o sistema de Administração Regional da Prefeitura do Distrito Federal. Inicialmente, o DF foi dividido nas seguintes regiões administrativas: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina e Paranoá. Os limites territoriais das Regiões Administrativas foram fixados pelo Decreto nº 488, de 8 de fevereiro de 1966.

As cidades-satélites surgiram como núcleos periféricos ao Plano

Piloto, em decorrência das necessidades de fixação da população. A decisão de criá-las coube à Novacap. A medida tinha a finalidade de ajudar os candangos a adquirirem terrenos para a construção de suas próprias casas.

Com exceção de Planaltina e Brazlândia, que já existiam antes da construção de Brasília, as demais cidades-satélites foram criadas para absorver a população de invasões dos núcleos provisórios e os funcionários públicos excedentes.

Figura 26: SENADO FEDERAL, 1995.

O Decreto Distrital nº 456, de 21 de outubro de 1965 (Figura 26), organizou o Sistema de Administração Regional da Prefeitura do Distrito Federal para descentralizar serviços. Neste Decreto o território do DF é dividido em 8 Regiões Administrativas (Figura 27), conforme Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 (SINJ, 2026).

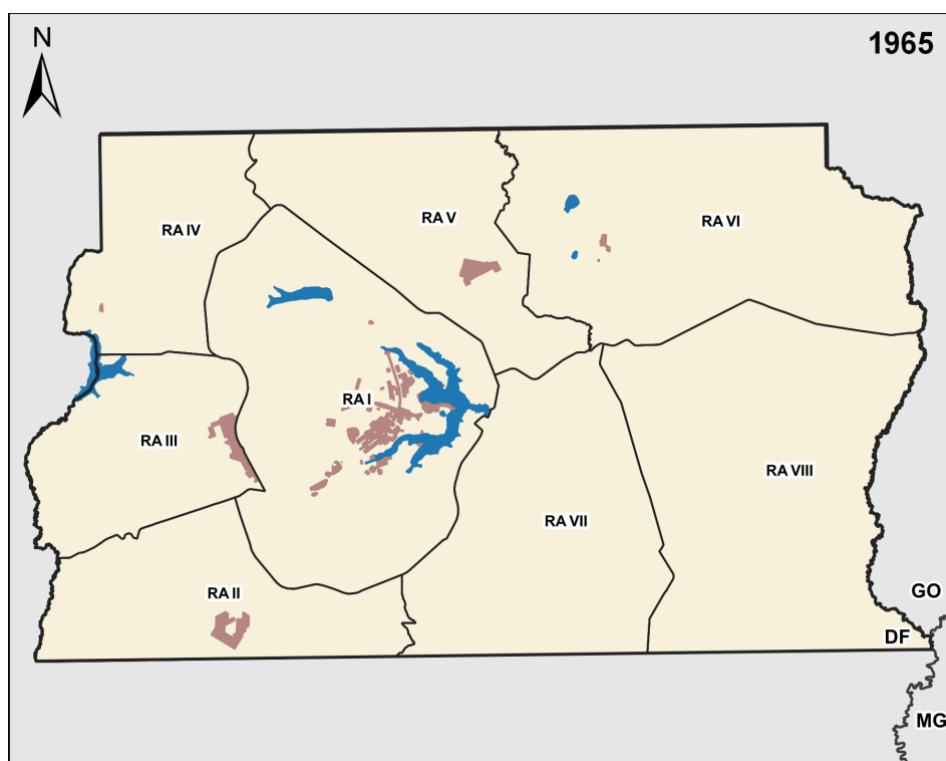


Figura 27: DISTRITO FEDERAL, 2020.

Década de 1970 - 1980

- **1987:** Brasília é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, sendo o maior conjunto arquitetônico modernista do mundo.
- **1989** - Por meio da Lei Distrital nº 49, de 25 de outubro de 1989, a RA VIII, denominada de Jardim, foi transformada em Núcleo Bandeirante e sua área foi distribuída entre as RAs do Paranoá e de Planaltina. As RAs do Guará e Cruzeiro foram desmembradas da RA I – Brasília e as RAs de Ceilândia e Samambaia da RA III – Taguatinga. Os limites destas quatro RAs (Figura 28) foram fixados pelo Decreto nº 11.921, de 25 de outubro de 1989 (MANIÇOBA, 2019).

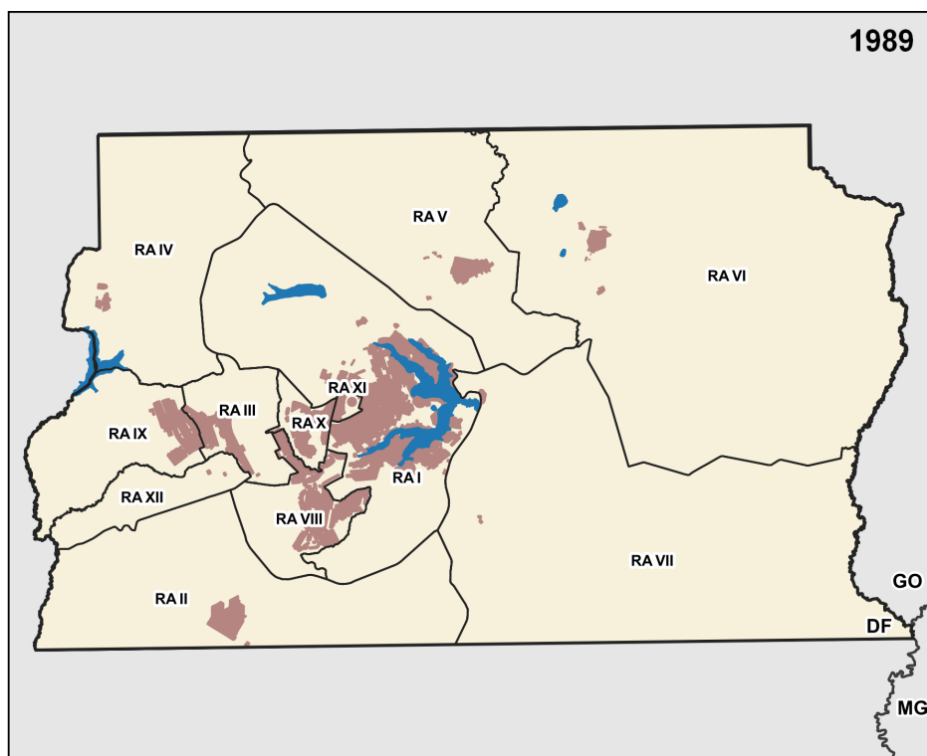


Figura 28: DISTRITO FEDERAL, 2020.

- **Guará** - A Vila Guará começou a ser construída em 1967 (Figura 29) como solução habitacional para servidores públicos de menor renda, sem acesso a apartamentos funcionais ou financiamento no Plano Piloto, por meio de um mutirão em área de cerrado entre Taguatinga e o Plano Piloto, próxima ao córrego do Guará.



Figura 29: JORNAL DO GUARÁ, 2021.

- **Cruzeiro** - Em 30 de novembro de 1959 inicia-se a chegada das primeiras famílias ao atual “Cruzeiro Velho”, com a ocupação da primeira casa do conjunto residencial (Figura 30). Mas foi somente em 1987 que a cidade se tornou uma Região Administrativa do DF. Em 1992 foi elevada ao status Patrimônio Histórico e Artístico da Humanidade.



Figura 30: INSTAGRAM, 2021.

- **Ceilândia** - Surgiu em 1971 com a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), transferindo milhares de famílias para o norte de Taguatinga, tornando-se a mais populosa (Figura 31).



Figura 31: AGÊNCIA BRASÍLIA, 2019.

- **Samambaia** - Foi criada pela Lei Distrital nº 49, de 25 de outubro de 1989, com o objetivo de reassentar famílias de baixa renda oriundas de áreas de ocupação irregular, como Boca da Mata e Asa Branca. O planejamento da região teve início em 1978, e sua ocupação efetiva começou em 1985 (Figura 32). O nome Samambaia deriva da grande quantidade de samambaias nativas existentes ao longo do córrego que atravessa a região.



Figura 32: FACEBOOK, 2020.

Década de 1990

Em 1990, Brasília é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 14 de março, oficializando a proteção federal de seu projeto moderno, com foco na preservação das quatro escalas (monumental, residencial, bucólica e gregária).

Em 1993, foram criadas quatro novas Regiões Administrativas no território do Distrito Federal, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião e Riacho Fundo, elevando o total para 16 RAs. No ano seguinte, em 1994, foram instituídas as Regiões Administrativas do Lago Sul, Lago Norte e Candangolândia, totalizando 19 RAs no território do DF (MANIÇOBA, 2019) (Figura 33).

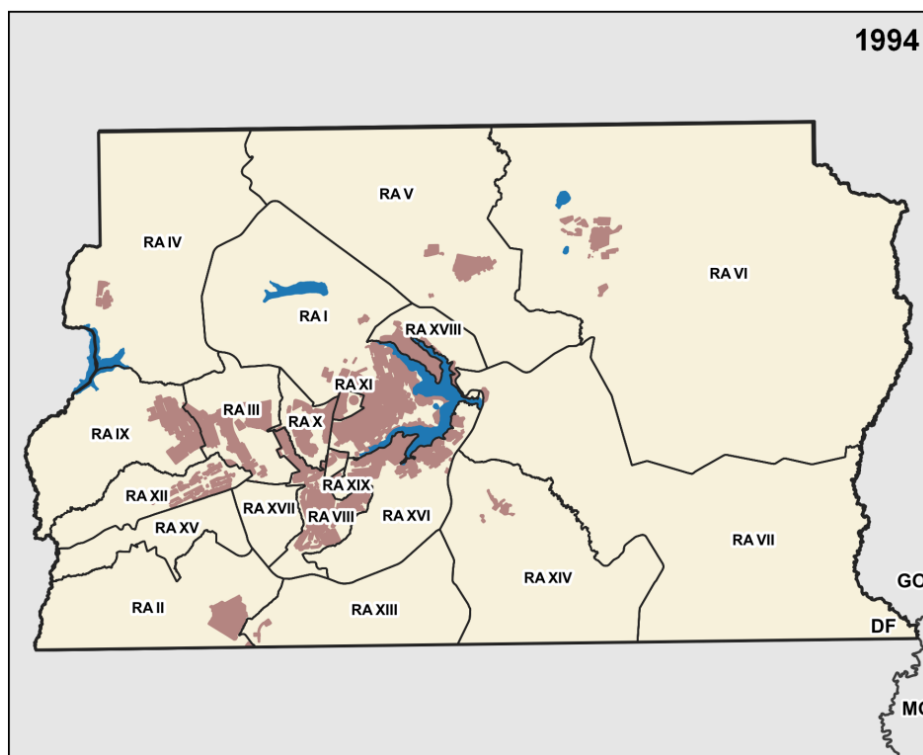


Figura 33: DISTRITO FEDERAL, 2020.

Posteriormente, a Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997, alterou a denominação da Região Administrativa I – Brasília, que passou a chamar-se oficialmente Região Administrativa I – Plano Piloto (RA I).

- **RA XIII - Santa Maria** - Foi desmembrada da RA II - Gama, sendo criada pelo Decreto nº 14.604, de 10/02/1993 e Lei 423 de 23/03/1993, publicado no DODF nº 60, de 24/03/1993, p.01 - republicado no DODF nº 61, de 25/03/1993, p.01 e teve seus limites fixados pelo Decreto nº 14.604, de 10/02/1993, publicado no DODF nº 31 de 11/02/1993, p.01.
- **RA XIV - São Sebastião** - Foi desmembrada da RA VII - Paranoá, sendo criada pela Lei nº 467, de 25/06/1993, publicado no DODF nº 128, de 28/06/1993, p.01 e teve seus limites fixados pela Lei nº 705, de 10/05/1994.
- **RA XV - Recanto das Emas** - Foi desmembrada da RA II - Gama, sendo criada pela Lei nº 510, de 28/07/1993, publicado no DODF nº 152, de 29/07/1993, p.01 e teve seus limites fixados pelo Decreto nº 15.046, de 22/09/1993.
- **RA XVI - Lago Sul** - Foi desmembrada da RA I - Brasília, sendo criada pela Lei nº 643, de 10/01/1994, publicado no DODF nº 07, de 11/01/1994, p.03 e teve seus limites fixados pelo Decreto nº 15.515, de 17/03/1994.
- **RA XVII - Riacho Fundo** - Foi desmembrada da RA VIII - Núcleo Bandeirante, sendo criada pela Lei nº 620, de 15/12/1993, publicado no DODF nº 252, de 16/12/1993, p.03 e teve seus limites fixados pelo Decreto nº 15.514, de 17/03/1994.
- **RA XVIII - Lago Norte** - Foi desmembrada da RA I - Brasília, sendo criada pela Lei nº 641, de 10/01/1994, publicado no DODF nº 07, de 11/01/1994, p.02 e teve seus limites fixados pelo Decreto nº 15.516, de 17/03/1994.
- **RA XIX - Candangolândia** - Foi desmembrada da RA I - Brasília, sendo criada pela Lei nº 658, de 27/01/1994, publicado no DODF nº 20, de 28/01/1994, p.01 e teve seus limites fixados pelo Decreto nº 15.513, de 17/03/1994.

Década de 2000

Em 2003, foram criadas cinco novas Regiões Administrativas: Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Park Way. Em 2004, instituíram-se mais três: SCIA/Estrutural, Sobradinho II e Jardim Botânico. No ano de 2005, foram estabelecidas as Regiões Administrativas do Itapoã e do SIA. Já em 2009, foi criada a RA de Vicente Pires. Com essa reestruturação, o número total de Regiões Administrativas do Distrito Federal chegou a 30 (MANIÇOBA, 2019).

Das 30 RAs então existentes, as 11 criadas nessa década permaneceram sem a definição formal de seus limites territoriais: Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, SCIA-Estrutural, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, Vicente Pires e SIA (MANIÇOBA, 2019).

- **RA XX - Águas Claras** - Foi desmembrada da RA III - Taguatinga, sendo criada pela Lei nº 3.153, de 06/05/2003, publicado no DODF nº 86, de 07/05/2003, p.02.
- **RA XXI - Riacho Fundo II** - Foi desmembrada da RA XVII - Riacho Fundo, sendo criada pela Lei nº 3.153, de 06/05/2003, publicado no DODF nº 86, de 07/05/2003, p.02.
- **RA XXII - Sudoeste/Octogonal** - Foi desmembrada da RA XI - Cruzeiro, sendo criada pela Lei nº 3.153, de 06/05/2003, publicado no DODF nº 86, de 07/05/2003, p.02.
- **RA XXIII - Varjão** - Foi desmembrada da RA XVIII - Lago Norte, sendo criada pela Lei nº 3.153, de 06/05/2003, publicado no DODF nº 86, de 07/05/2003, p.02.
- **RA XXIV - Park Way** - Foi desmembrada da RA VIII - Núcleo Bandeirante, sendo criada pela Lei nº 3.255, de 29/12/2003, publicado no DODF nº 252, de 30/12/2003, p.01.
- **RA XXV - SCIA/Estrutural (Setor Complementar de Indústria e Abastecimento)** - Foi desmembrada da RA II - Guará, sendo criada pela Lei nº 3.315, de 27/01/2004, publicado no DODF nº 20, de 29/01/2004, p.03.
- **RA XXVI - Sobradinho II** - Foi desmembrada da RA V - Sobradinho, sendo criada pela Lei nº 3.314, de 27/01/2004, publicado no DODF nº 20, de 29/01/2004, p.02.

- **RA XXVII - Jardim Botânico** - Foi desmembrada da RA XIV - São Sebastião, sendo criada pela Lei nº 3.435, de 31/08/2004, publicado no DODF nº 168, de 01/09/2004, p.01.
- **RA XXVIII - Itapoã** - Foi desmembrada de uma área entre a RA VII - Paranoá e RA V - Sobradinho, sendo criada pela Lei nº 3.527, de 03/01/2005, publicado no DODF nº 05, de 07/01/2005, p.02.
- **RA XXIX - SIA (Setor de Indústria e Abastecimento)** - Foi desmembrada da RA II - Guará, sendo criada Lei nº 3.618, de 14/07/2005, publicado no DODF nº 134, de 18/07/2005, p.02.
- **RA XXX - Vicente Pires** - Foi desmembrada da RA III - Taguatinga, sendo criada Lei nº 4.327, de 26/05/2009, publicado no DODF nº 102, de 28/05/2009, p.01 (área ante pertencentes à Colônia Agrícola Vicente Pires).

Década de 2010

Em 2012, foi instituída a Região Administrativa da Fercal. Posteriormente, em 2019, foram criadas mais duas Regiões Administrativas: Pôr do Sol/Sol Nascente e Arniqueira. Em 10 de dezembro do mesmo ano, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 019/2019, que estabeleceu as poligonais e as delimitações territoriais de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal. Com essas alterações, o território passou a contar com um total de 33 RAs (MANIÇOBA, 2019) (Figura 34).

- **RA XXXI - Fercal** - Foi desmembrada da RA XXVI - Sobradinho II, sendo criada pela Lei nº 4.745, de 29/01/2012, publicado no DODF nº 21 - Ed. Extra, de 29/01/2012, p.01 - republicado no DODF nº 31, de 10/02/2012, p.01.
- **RA XXXII - Pôr do Sol/Sol Nascente** - Foi desmembrada da RA IX - Ceilândia, sendo criada pela Lei nº 6.359, de 14/08/2019, publicado no DODF nº 154, de 15/08/2019, p.01.
- **RA XXXIII - Arniqueira** - Foi desmembrada da RA XX - Águas Claras, sendo criada pela Lei nº 6.391, de 30/09/2019, publicado no DODF nº 187, Suplemento de 01/10/2019, p.01.

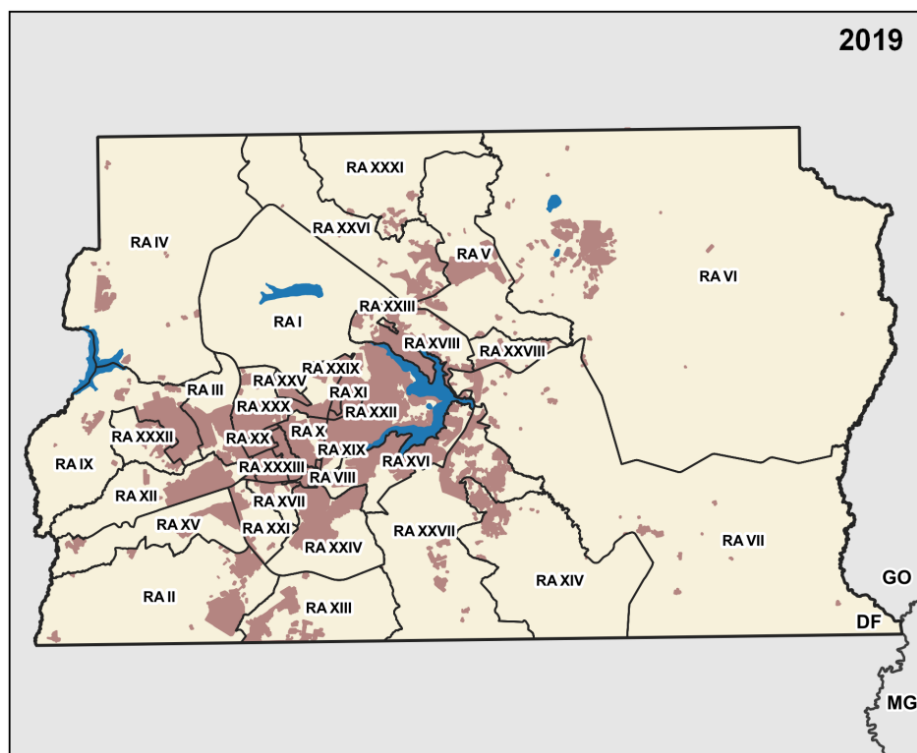


Figura 34: DISTRITO FEDERAL, 2020.

Década de 2020

Em 2022, foram criadas duas RAs: Arapoanga e Água Quente e em 2026 mais duas foram criadas, RA 26 de Setembro e RA Ponte Alta, contabilizando um total de 37 Regiões Administrativas até a presente data (Figura 35).

- **RA XXXIV - Arapoanga** - Foi desmembrada da RA VI - Planaltina, sendo criada pela Lei nº 7.191, de 21/12/2022, publicado no DODF 236, de 21/12/2022, p.03. A Lei nº 7.191/2022 também define os limites físicos da região administrativa.
- **RA XXXV - Água Quente** - Foi desmembrada da RA XV - Recanto das Emas, sendo criada pela Lei nº 7.190, de 21/12/2022, publicado no DODF 236, de 21/12/2022, p.03. A Lei nº 7.190/2022 também define os limites físicos da região administrativa.
- **RA XXXVI - 26 de Setembro** - Foi desmembrada da RA XXX - Vicente Pires, sendo criada pela Lei Distrital nº 7.918, de 03/07/2026, publicado no DODF 67 A, Edição Extra de 03/07/2026, p.03.
- **RA XXXVI - Ponte Alta** - Foi desmembrada da RA II - Gama, sendo criada pela Lei Distrital nº 7.917, de 03/07/2026, publicado no DODF 67 A, Edição Extra de 03/07/2026, p.01.

Figura 35: Regiões Administrativas do Distrito Federal.



Fonte: WIKIPÉDIA, 2026.

II - Organização Regional do Ensino no Distrito Federal

A construção de Brasília e o intenso fluxo de trabalhadores que chegaram ao Planalto Central tornaram urgente a organização de um sistema educacional capaz de atender à nova população e, ao mesmo tempo, refletir o projeto moderno da capital. Inicialmente, a Novacap, responsável pelas obras do Distrito Federal, designou Ernesto Silva para coordenar a área educacional até a criação da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), vinculada ao Ministério da Educação, em 1960 (DISTRITO FEDERAL, 1984).

Em 1957, Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), foi convidado a elaborar as diretrizes do plano educacional (SILVA, 1985). Seu Plano de Construções Escolares de Brasília apresentou uma concepção inovadora: defendia a gratuidade do ensino, a ampliação da jornada escolar como fator de qualidade e a organização do espaço educacional em “Centros”, de Educação Elementar e de Educação Média, compostos por edificações com funções diversificadas, voltadas às necessidades pedagógicas e ao convívio social.

A CASEB foi instituída pelo Decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959 (DOU de 22/12/1959), e estruturada pela Portaria nº 4, de 5 de janeiro de 1960. Composta por diretores do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e por representante da Novacap, ficou responsável pelo planejamento, organização e supervisão dos ensinos primário e médio, seleção de professores, organização curricular, efetivação de matrículas e incentivo às atividades culturais, até a consolidação do sistema educacional do DF. Entre suas ações iniciais estiveram o diagnóstico da situação educacional, o acompanhamento das obras escolares e a verificação das condições para implantação definitiva do sistema (DISTRITO FEDERAL, 1984).

Por se tratar de órgão transitório, a CASEB foi substituída pela Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), criada pelo Decreto nº 48.297, de 17 de junho de 1960 (DOU de 18/06/1960), e instalada em 29 de setembro do mesmo ano. A FEDF passou a executar a política educacional e supervisionar os ensinos primário e médio e com a reforma administrativa promovida pela Lei nº 4.545/1964 (DOU de 14/12/1964), vinculou-se à Secretaria de Educação e Cultura. Sua extinção foi autorizada pela Lei nº 2.294/1999 (DODF 16, de 22/01/1999) e regulamentada pelo Decreto nº 21.396/2000 (DODF 146, de 01/08/2000), quando a Secretaria de Educação do Distrito Federal assumiu integralmente a execução das políticas educacionais.

Ao longo das décadas, a estrutura administrativa do ensino público no DF passou por sucessivas reformulações, acompanhando a expansão urbana e populacional das Regiões Administrativas. Inicialmente centralizado na FEDF, o modelo mostrou-se insuficiente diante do crescimento da rede escolar e da complexidade das demandas administrativas e pedagógicas. Esse contexto impulsionou o processo de regionalização da gestão educacional, entendido como estratégia de racionalização administrativa, maior eficiência e aproximação entre a administração central e as unidades escolares. A atual configuração das Coordenações Regionais de Ensino (CRE) resulta desse processo histórico iniciado na década de 1960, marcado por diferentes modelos, denominações e concepções de gestão.

1 - Distritos Educacionais e Complexos Escolares

Nos primeiros anos de implantação do sistema educacional do Distrito Federal, a estrutura administrativa foi organizada a partir do Projeto Modelo do Distrito Educacional, cuja RA selecionada para o projeto piloto foi Brazlândia (Instrução nº 13, de 01/08/1974, DODF 129 de 23/08/1974). Este projeto previa a criação de Distritos Educacionais e Complexos Escolares, cuja concepção buscava integrar unidades escolares próximas territorialmente, permitindo planejamento pedagógico articulado.

Diversos atos administrativos instituíram comissões de estudos, grupos de trabalho e normas experimentais para viabilizar esse modelo, indicando que se tratava de uma estrutura em fase de consolidação e avaliação permanente.

Os Distritos Educacionais tinham como função coordenar administrativamente e pedagogicamente os estabelecimentos de ensino sob sua área de abrangência. Cada um destes possuía Complexos Escolares que contavam com Coordenadores de Complexos Escolares, que se encarregavam do controle técnico, fiscalização e coordenação das atividades pedagógicas de suas respectivas áreas, encaminhando aos Coordenadores Administrativos os problemas e necessidades de recursos materiais e humanos de cada unidade escolar (Resolução nº 07/75-C.D, de 17/02/1975, DODF 47 de 01/04/1975). Foram criados em caráter experimental 10 Distritos Educacionais e 21 Complexos Escolares (DISTRITO FEDERAL, 2001).

Relatórios e pareceres do período registram resultados considerados positivos na experiência dos Distritos Educacionais, especialmente no que se refere à supervisão escolar e à articulação pedagógica. Ainda assim, as mudanças no perfil demográfico do DF e a necessidade de maior capilaridade administrativa levaram à revisão desse modelo.

Os Distritos Educacionais funcionaram por tempo limitado, visto que pela Resolução nº 95/76 - C.D, de 21/10/1976 (DODF 30 de 11/02/1977) e Decreto nº 3.547 de 03/01/1977 (DODF 30 de 11/02/1977), foram criados oficialmente os Complexos Escolares que absorveram as atividades dos Distritos Educacionais extintos pelas normativas citadas (DISTRITO FEDERAL, 2001).

Com a reestruturação administrativa da educação do DF, os Complexos Escolares foram formalmente extintos, por meio de resolução específica, encerrando uma etapa importante da organização inicial do sistema. Essa extinção não representou o fim da descentralização, mas sim a transição para um modelo mais alinhado à expansão territorial do Distrito Federal e ao aumento do número de unidades escolares.

2 - Diretorias Regionais de Ensino (DRE)

A reorganização administrativa do sistema educacional do Distrito Federal promoveu mudanças significativas na estrutura de gestão escolar ao extinguir os Complexos Escolares. Essa medida marcou o encerramento de um modelo de organização que havia orientado, até então, a articulação administrativa e pedagógica entre unidades escolares.

Simultaneamente, foram criadas oito Diretorias Regionais de Ensino (Resolução nº 2.391, de 29/06/1988, DODF 177 de 16/09/1988), acompanhadas da aprovação do Regimento destas Diretorias Regionais, estabelecendo novas bases normativas, administrativas e funcionais para a gestão descentralizada da rede pública de ensino.

Com essa reestruturação, todos os estabelecimentos de ensino anteriormente vinculados aos Complexos Escolares, nos termos da Resolução nº 95/76-CD (DODF 30 de 11/02/1977), passaram a ser subordinados às respectivas Diretorias Regionais, redefinindo vínculos institucionais e responsabilidades administrativas. Essa transição consolidou um novo arranjo organizacional, mais compatível com a expansão da rede escolar e com a necessidade de fortalecimento da gestão regional no âmbito da educação pública do Distrito Federal.

Pela Lei nº 60, de 05 de dezembro de 1989 (DODF 231 de 06/12/1989), foi extinta a Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante e Guará, que até então concentrava, em uma única estrutura, a gestão educacional dessas duas localidades.

Em substituição a esse modelo, foram criadas duas novas Regionais de Ensino autônomas, sendo uma Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante e outra Regional de Ensino do Guará. Com essa reestruturação, a FEDF passou a contar com um total de nove Regionais de Ensino, reforçando o processo de descentralização administrativa e ampliando a capacidade de acompanhamento e gestão das unidades escolares distribuídas pelo território do Distrito Federal.

3 - Divisões Regionais de Ensino

Em momento posterior, houve nova reestruturação da FEDF (Decreto nº 12.448, de 27/06/1990, DODF 123 de 29/06/1990) onde foi aprovado um novo regimento da Administração Central e alterada a denominação das Diretorias Regionais de Ensino para Divisões Regionais de Ensino com funções específicas definidas em regimento próprio (Resolução nº 4.164, de 14/07/1993, DODF 145 de 20/07/1993) reforçando o caráter técnico-administrativo e normativo da gestão educacional regional demonstrando a busca por maior eficiência administrativa e clareza na distribuição de competências.

Pela Lei nº 164, de 17/09/1991, publicada no DODF 184 de 18/09/1991, foi criada a Regional de Ensino de Samambaia, evidenciando a adaptação da estrutura educacional ao surgimento e consolidação de novas Regiões Administrativas no DF. Desta forma a FEDF contava, no período, com 10 regionais de Ensino. Ressalta-se aqui que, à época, a lei cria a Diretoria Regional de Ensino de Samambaia, porém a denominação correta, segundo o Decreto nº 12.448, era Divisão Regional de Ensino de Samambaia.

Ainda no contexto da ampliação da estrutura administrativa da FEDF, foram criadas a Divisão Regional de Ensino do Paranoá, na Região Administrativa do Paranoá (RA VII), e a Divisão Regional de Ensino de Santa Maria, na Região Administrativa de Santa Maria (RA XIII) (Lei nº 1.955, de 02/07/1998, DODF 124 de 03/07/1998).

Essas Divisões Regionais de Ensino foram instituídas como órgãos de execução de natureza local, integrando a estrutura administrativa da Fundação Educacional do Distrito Federal e ficando diretamente subordinadas ao Departamento de Pedagogia, o que evidencia o fortalecimento da articulação pedagógica e do acompanhamento técnico das unidades escolares em âmbito regional.

Com a criação dessas novas divisões, a Fundação Educacional passou a contar com um total de doze Regionais de Ensino, consolidando o processo de descentralização administrativa e ampliando a capacidade de gestão educacional nas diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal.

4 - Gerências Regionais de Ensino (GRE)

Após a extinção da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), formalizada pelo Decreto nº 21.396, de 31/07/2000 (DODF 146 de 01/08/2000), foi promovida uma ampla reorganização da estrutura administrativa do sistema educacional do Distrito Federal. Essa reestruturação passou a vincular toda a estrutura de ensino diretamente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que assumiu integralmente as atribuições anteriormente exercidas pela Fundação.

No novo arranjo institucional, a norma dispôs sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Educação, redefinindo competências, hierarquias e fluxos administrativos, de modo a adequar a gestão educacional ao modelo de administração direta do Governo do Distrito Federal.

Como parte desse processo, houve a alteração da denominação das Divisões Regionais de Ensino para Gerências Regionais de Ensino, mudança que refletiu na consolidação da gestão pública, orientado por princípios de eficiência administrativa, descentralização e fortalecimento da atuação regional no acompanhamento das unidades escolares.

A Lei nº 2.662, de 15/01/2001, publicado no DODF 15 de 22/01/2001 e republicado no DODF 16, de 23/01/2001, promoveu nova ampliação da estrutura administrativa da educação no DF ao criar a Gerência Regional de Ensino de São Sebastião e a Gerência Regional de Ensino do Recanto das Emas, ambas vinculadas à SEEDF. As GRE possuíam uma estrutura interna composta por núcleos pedagógicos, administrativos, de recursos humanos, de material e de expediente.

A criação dessas novas GRE atendeu à necessidade de adequar a gestão educacional à expansão populacional e territorial dessas regiões, possibilitando maior proximidade administrativa e pedagógica entre a Secretaria e as escolas locais.

Com a implementação dessa lei, a SEEDF passou a contar com um total de quatorze Regionais de Ensino, consolidando o processo de descentralização administrativa e fortalecendo a capacidade de planejamento, acompanhamento e execução das políticas educacionais em âmbito regional.

5 - Diretorias Regionais de Ensino (DRE) novamente

O Decreto nº 24.688, de 24/06/2004 (DODF 120 de 25/06/2004, republicado no DODF 121 de 28/06/2004), instituiu uma nova reorganização da estrutura administrativa da educação no Distrito Federal ao criar as Diretorias Regionais de Ensino, definidas como unidades orgânicas de gestão escolar integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

De acordo com o referido decreto, as DRE passaram a ser subordinadas diretamente ao Secretário de Estado de Educação, reforçando seu papel estratégico na condução, coordenação e acompanhamento das ações pedagógicas e administrativas das unidades escolares sob sua jurisdição. Essa medida buscou fortalecer a descentralização da gestão educacional, ao mesmo tempo em que assegurou maior alinhamento das Regionais de Ensino às diretrizes e políticas educacionais definidas no âmbito central da Secretaria.

6 - Consolidação e reestruturações recentes

A configuração atual das regionais de ensino é consolidada com o Decreto nº 33.409, de 12/12/2011, publicado no DODF 237, de 13/12/2011 que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

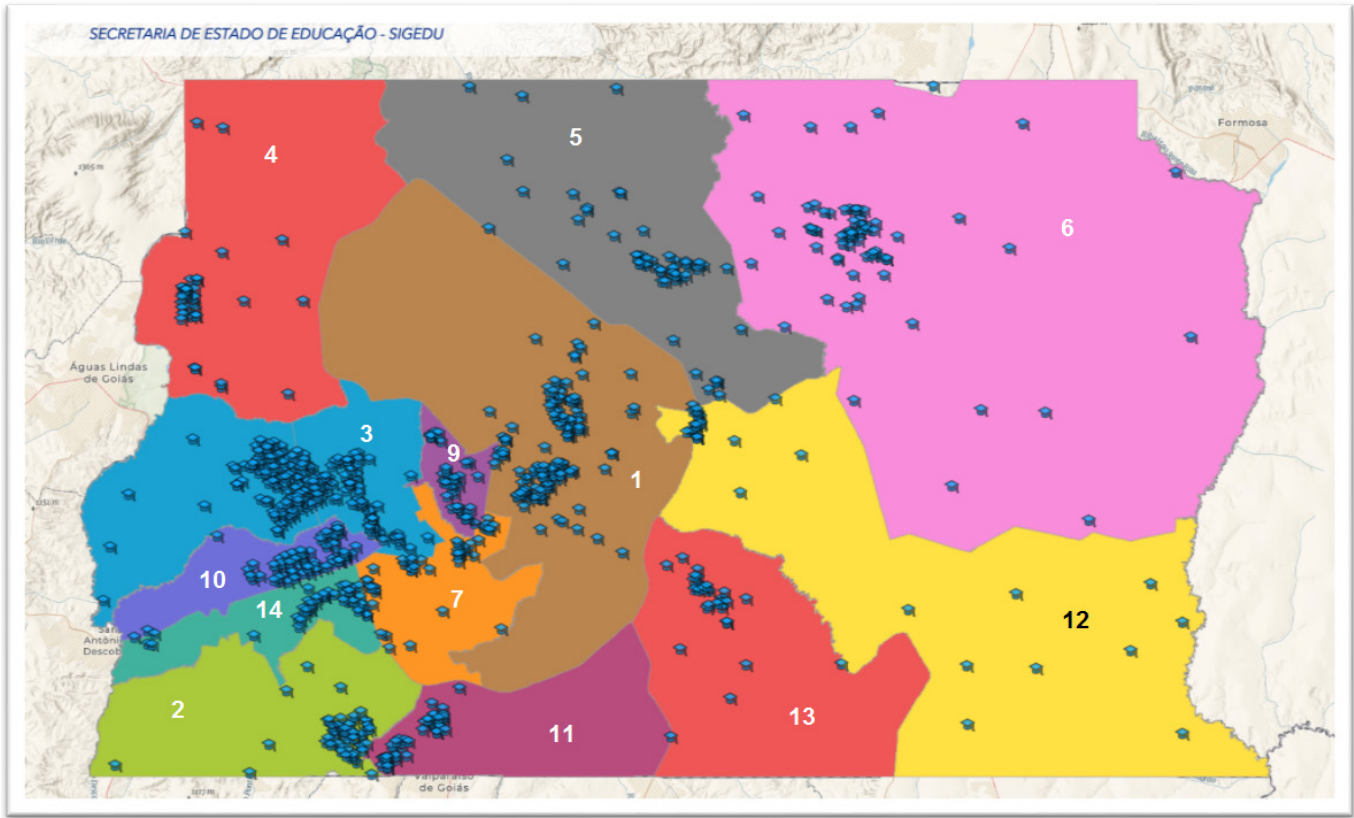
Esse decreto altera a organização anterior e estabelece as Coordenações Regionais de Ensino (CRE) como unidades responsáveis pela gestão regional do ensino (Figura 36).

A mudança de denominação de Diretoria para Coordenação não é meramente terminológica. Ela reflete uma nova concepção de gestão pública, que enfatiza:

- A articulação entre as instâncias administrativas;
- O apoio às unidades escolares;
- A integração das políticas pedagógicas e administrativas.

As CRE passam a exercer papel estratégico na mediação entre a administração central da Secretaria de Educação e as escolas, atuando tanto na gestão administrativa quanto no acompanhamento pedagógico.

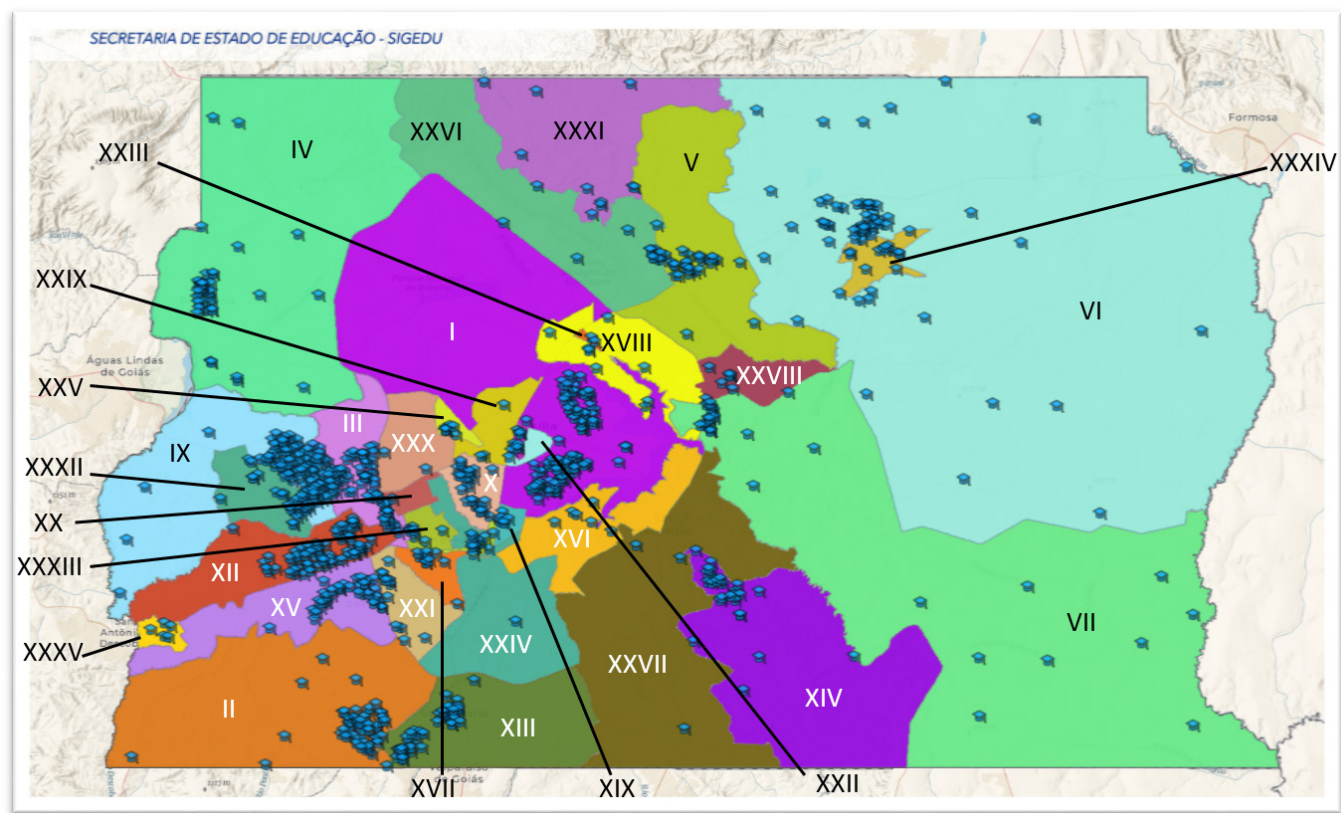
Figura 36 - Escolas nas Regionais de Ensino.



Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2024.

Nº	Regional de Ensino	Nº	Regional de Ensino
1	Plano Piloto	8	Ceilândia
2	Gama	9	Guará
3	Taguatinga	10	Samambaia
4	Brazlândia	11	Santa Maria
5	Sobradinho	12	Paranoá
6	Planaltina	13	São Sebastião
7	Núcleo Bandeirante	14	Recanto das Emas

Figura 37 – Escolas nas Regiões Administrativas.



Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2024.

Nota: a imagem acima não contém as duas últimas RAs criadas em 2026.

Nº	Região Administrativa	Nº	Região Administrativa	Nº	Região Administrativa
I	Plano Piloto	XIV	São Sebastião	XXVII	Jardim Botânico
II	Gama	XV	Recanto das Emas	XXVIII	Itapoã
III	Taguatinga	XVI	Lago Sul	XXIX	SIA
IV	Brazlândia	XVII	Riacho Fundo	XXX	Vicente Pires
V	Sobradinho	XVIII	Lago Norte	XXXI	Fercal
VI	Planaltina	XIX	Candangolândia	XXXII	Sol Nascente / Pôr do Sol
VII	Paranoá	XX	Águas Claras	XXXIII	Arniqueira
VIII	Núcleo Bandeirante	XXI	Riacho Fundo II	XXXIV	Arapoanga
IX	Ceilândia	XXII	Sudoeste/ Octogonal	XXXV	Água Quente
X	Guará	XXIII	Varjão	XXXVI	26 de Setembro
XI	Cruzeiro	XXIV	Park Way	XXXVII	Ponte Alta
XII	Samambaia	XXV	SCIA		
XIII	Santa Maria	XXVI	Sobradinho II		

Anexos



Tabela 1 - 37 regiões administrativas do Distrito Federal.

Nº	Região administrativa	Legislação
I	Brasília	Lei nº 4.545, de 10/12/1964, Art. 31; DOU Seção 1, de 14/12/1964
	Plano Piloto *	Lei nº 1.648 de 16/09/1997; DODF 187, de 29/09/1997, p.7802
II	Gama	Lei nº 4.545, de 10/12/1964, Art. 31; DOU Seção 1, de 14/12/1964
III	Taguatinga	Lei nº 4.545, de 10/12/1964, Art. 31; DOU Seção 1, de 14/12/1964
IV	Brazlândia	Lei nº 4.545, de 10/12/1964, Art. 31; DOU Seção 1, de 14/12/1964
V	Sobradinho	Lei nº 4.545, de 10/12/1964, Art. 31; DOU Seção 1, de 14/12/1964
VI	Planaltina	Lei nº 4.545, de 10/12/1964, Art. 31; DOU Seção 1, de 14/12/1964
VII	Paranoá	Lei nº 4.545, de 10/12/1964, Art. 31; DOU Seção 1, de 14/12/1964
VIII	Núcleo Bandeirante	Lei nº 4.545, de 10/12/1964, Art. 31; DOU Seção 1, de 14/12/1964
IX	Ceilândia	Lei nº 049, de 25/10/1989 - Art. 09; DODF 204, de 26/10/1989, p.03 alterada pela Lei nº 110/90 de 28/06/90
X	Guará	Lei nº 049, de 25/10/1989 - Art. 09; DODF 204, de 26/10/1989, p.03 alterada pela Lei nº 110/90 de 28/06/90
XI	Cruzeiro	Lei nº 049, de 25/10/1989 - Art. 09; DODF 204, de 26/10/1989, p.03 alterada pela Lei nº 110/90 de 28/06/90
XII	Samambaia	Lei nº 049, de 25/10/1989 - Art. 09; DODF 204, de 26/10/1989, p.03 alterada pela Lei nº 110/90 de 28/06/90
XIII	Santa Maria	Decreto nº 14.604, de 10/02/1993, publicado no DODF 31 de 11/02/1993, p.01, e Lei 423 de 23/03/1993; DODF 60, de 24/03/1993, p. 01 - republicado no DODF 61, de 25/03/1993, p.01
XIV	São Sebastião	Lei nº 467, de 25/06/1993; DODF 128, de 28/06/1993, p.01
XV	Recanto das Emas	Lei nº 510, de 28/07/1993; DODF 152, de 29/07/1993, p.01
XVI	Lago Sul	Lei nº 643, de 10/01/1994; DODF 07, de 11/01/1994, p.03
XVII	Riacho Fundo	Lei nº 620, de 15/12/1993; DODF 252, de 16/12/1993, p.03
XVIII	Lago Norte	Lei nº 641, de 10/01/1994; DODF 07, de 11/01/1994, p.02
XIX	Candangolândia	Lei nº 658, de 27/01/1994; DODF 20, de 28/01/1994, p.01
XX	Águas Claras	Lei nº 3.153, de 06/05/2003; DODF 86, de 07/05/2003, p.02
XXI	Riacho Fundo II	Lei nº 3.153, de 06/05/2003; DODF 86, de 07/05/2003, p.02
XXII	Sudoeste/Octogonal	Lei nº 3.153, de 06/05/2003; DODF 86, de 07/05/2003, p.02
XXIII	Varjão	Lei nº 3.153, de 06/05/2003; DODF 86, de 07/05/2003, p.02
XXIV	Park Way	Lei nº 3.255, de 29/12/2003; DODF 252, de 30/12/2003, p.01
XXV	SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento	Lei nº 3.315, de 27/01/2004; DODF 20, de 29/01/2004, p.03
XXVI	Sobradinho II	Lei nº 3.314, de 27/01/2004; DODF 20, de 29/01/2004, p.02
XXVII	Jardim Botânico	Lei nº 3.435, de 31/08/2004; DODF 168, de 01/09/2004, p.01
XXVIII	Itapoã	Lei nº 3.527, de 03/01/2005; DODF 05, de 07/01/2005, p.02
XXIX	SIA - Setor de Indústria e Abastecimento	Lei nº 3.618, de 14/07/2005; DODF 134, de 18/07/2005, p.02
XXX	Vicente Pires	Lei nº 4.327, de 26/05/2009; DODF 102, de 28/05/2009, p.01

Nº	Região administrativa	Legislação
XXXI	Fercal	Lei nº 4.745, de 29/01/2012; DODF 21- Ed. Extra, de 29/01/2012, p.01 - republicado no DODF 31, de 10/02/2012, p.01
XXXII	Sol Nascente/Pôr do Sol	Lei nº 6.359, de 14/08/2019; DODF 154, de 15/08/2019, p.01
XXXIII	Arniqueira	Lei nº 6.391, de 30/09/2019; DODF 187, Suplemento de 01/10/2019, p.01
XXXIV	Arapoanga	Lei nº 7.191, de 21/12/2022; DODF 236, de 21/12/2022, p.03
XXXV	Água Quente	Lei nº 7.190, de 21/12/2022; DODF 236, de 21/12/2022, p.03
XXXVI	26 de Setembro	Lei Distrital nº 7.918; DODF 67 A, Edição Extra de 03/07/2026, p.03
XXXVII	Ponte Alta	Lei Distrital nº 7.917; DODF 67 A, Edição Extra de 03/07/2026, p.01

Fonte: Elaborado pelas autoras (SINJ, 2026).

*Pela Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997, deu nova denominação à Região Administrativa I – Brasília, que passa a denominar-se Região Administrativa do Plano Piloto, RA I.

Tabela 2 - Criação das Regionais de Ensino.

Nº	Regional de Ensino	Data	Legislação	Publicação
1	Plano Piloto	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988	DODF 177, de 16/09/1988
2	Gama	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988	DODF 177, de 16/09/1988
3	Taguatinga	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988	DODF 177, de 16/09/1988
4	Brazlândia	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988	DODF 177, de 16/09/1988
5	Sobradinho	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988	DODF 177, de 16/09/1988
6	Planaltina	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988	DODF 177, de 16/09/1988
7	Núcleo Bandeirante	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988 e posteriormente Lei nº 60 - GDF, de 05/12/1989	DODF 177, de 16/09/1988 DODF 231, de 06/12/1989
8	Ceilândia	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988	DODF 177, de 16/09/1988
9	Guará	29/06/1988	Resolução nº 2.391 - CD, de 29/06/1988 e posteriormente Lei nº 60 - GDF, de 05/12/1989	DODF 177, de 16/09/1988 DODF 231, de 06/12/1989
10	Samambaia	17/09/1991	Lei nº 164 - GDF, de 17/09/1991	DODF 184, de 18/09/1991
11	Santa Maria	02/07/1998	Lei nº 1.995 - GDF, de 02/07/1998	DODF 124, de 03/07/1998, republicado no DODF 133, de 16/07/1998
12	Paranoá	02/07/1998	Lei nº 1.995 - GDF, de 02/07/1998	DODF 124, de 03/07/1998, republicado no DODF 133, de 16/07/1998
13	São Sebastião	15/01/2001	Lei nº 2.682 - GDF, de 15/01/2001	DODF 15 de 22/01/2001, republicado no DODF 16, de 23/01/2001
14	Recanto das Emas	15/01/2001	Lei nº 2.682 - GDF, de 15/01/2001	DODF 15 de 22/01/2001, republicado no DODF 16, de 23/01/2001

Fonte: Elaborado pelas autoras (SINJ, 2026).

Tabela 3 - Total de Escolas e Extensão Territorial das Regionais de Ensino.

Nº	Regional de Ensino	Escolas Urbanas	Escolas Rurais	Total Escolas	Rank de nº de Escolas	Rank de Extensão Territorial
1	Plano Piloto	110	0	110	1º	3º
2	Gama	42	7	49	5º	7º
3	Taguatinga	67	0	67	4º	11º
4	Brazlândia	20	12	32	10º	6º
5	Sobradinho	35	12	47	6º	5º
6	Planaltina	45	22	67	3º	1º
7	Núcleo Bandeirante	34	3	37	9º	9º
8	Ceilândia	93	5	98	2º	8º
9	Guará	29	0	29	14º	14º
10	Samambaia	43	0	43	7º	13º
11	Santa Maria	30	1	31	12º	10º
12	Paranoá	25	14	39	8º	2º
13	São Sebastião	25	5	30	13º	4º
14	Recanto das Emas	32	0	32	11º	12º

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Tabela 4 - Total de Escolas por Tipologia das Regionais de Ensino.

Nº	Regional de Ensino	CAIC	JJ	CEI	EC	CEF	CED	CEM	CEMI	CEP	CEJA	CEE	CIL	EPAR	EBLP	Outros	Total
1	Plano Piloto	-	18	3	38	21	5	5	1	2	2	3	2	5	1	4	110
2	Gama	1	5	1	20	11	5	3	1	-	-	1	1	-	-	-	49
3	Taguatinga	1	-	12	28	13	3	5	1	1	-	1	1	-	1	-	67
4	Brazlândia	1	-	3	13	4	5	2	-	1	-	1	1	1	-	-	32
5	Sobradinho	1	-	4	26	8	3	3	-	-	-	1	1	-	-	-	47
6	Planaltina	1	1	4	32	13	11	2	-	1	-	1	1	-	-	-	67
7	Núcleo Bandeirante	1	1	5	13	6	4	3	-	-	-	-	3	1	-	-	37
8	Ceilândia	2	-	1	52	24	8	6	-	1	-	2	1	1	-	-	98
9	Guará	-	1	1	11	8	4	1	-	1	-	1	1	-	-	-	29
10	Samambaia	2	-	2	23	10	1	3	-	-	-	1	1	-	-	-	43
11	Santa Maria	2	1	3	7	10	3	2	-	1	-	1	1	-	-	-	31
12	Paranoá	1	-	2	22	7	4	1	-	1	-	-	1	-	-	-	39
13	São Sebastião	1	-	4	12	5	6	1	-	-	-	-	1	-	-	-	30
14	Recanto das Emas	-	1	4	8	12	4	2	-	-	-	-	1	-	-	-	32
Total		14	28	49	305	152	66	39	3	9	2	13	17	8	2	4	711

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outros: Centro Interescolar de Esportes - CIEF
Escola do Parque da Cidade - PROEM
Escola Meninos e Meninas do Parque - EMMP
Escola da Natureza

Tabela 5 - Total de Escolas por Tipologia nas Regiões Administrativas do DF

Nº	Regional de Ensino	CAIC	JJ	CEI	EC	CEF	CED	CEM	CEMI	CEP	CEJA	CEE	CIL	EPAR	EBLP	Outros	Total
I	Plano Piloto *	-	15	2	30	16	1	5	-	2	2	3	2	5	1	4	88
II	Gama	1	5	1	20	9	5	3	1	-	-	1	1	-	-	-	47
III	Taguatinga	-	-	10	25	12	3	5	1	-	-	1	1	-	1	-	59
IV	Brazlândia	1	-	3	13	4	5	2	-	1	-	1	1	1	-	-	32
V	Sobradinho	-	-	4	13	4	2	2	-	-	-	1	1	-	-	-	27
VI	Planaltina	1	1	4	29	11	11	2	-	1	-	1	1	-	-	-	62
VII	Paranoá	1	-	2	17	6	3	1	-	1	-	-	1	-	-	-	32
VIII	Núcleo Bandeirante	-	-	1	3	2	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	9
IX	Ceilândia	2	-	1	47	23	8	6	-	1	-	2	1	1	-	-	92
X	Guará	-	1	-	7	6	3	1	-	1	-	1	1	-	-	-	21
XI	Cruzeiro	-	2	-	3	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	9
XII	Samambaia	2	-	2	23	10	1	3	-	-	-	1	1	-	-	-	43
XIII	Santa Maria	2	1	3	7	10	2	2	-	1	-	1	1	-	-	-	30
XIV	São Sebastião	1	-	3	12	4	6	1	-	-	-	-	1	-	-	-	28
XV	Recanto das Emas	-	1	3	6	13	4	2	-	-	-	-	1	-	-	-	30
XVI	Lago Sul	-	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
XVII	Riacho Fundo	-	-	1	3	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	8
XVIII	Lago Norte	-	-	1	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
XIX	Candangolândia	-	-	1	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5
XX	Águas Claras	1	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
XXI	Riacho Fundo II	-	1	2	4	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	12
XXII	Sudoeste/ Octogonal	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
XXIII	Varjão	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
XXIV	Park Way	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
XXV	SCIA	-	-	1	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
XXVI	Sobradinho II	1	-	-	3	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	8
XXVII	Jardim Botânico	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
XXVIII	Itapoã	-	-	-	4	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
XXIX	SIA	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
XXX	Vicente Pires	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
XXXI	Fercal	-	-	-	8	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
XXXII	Sol Nascente/ Pôr do Sol	-	-	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
XXXIII	Amiqueira	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
XXXIV	Arapoanga	-	-	-	5	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
XXXV	Água Quente	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
XXXVI	26 de Setembro	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
XXXVII	Ponte Alta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Total		14	28	49	305	152	66	39	3	9	2	13	17	8	2	4	711

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Siglas das Tabela 4 e 5

CAIC	Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CED	Centro Educacional
CEE	Centro de Ensino Especial
CEF	Centro de Ensino Fundamental
CEI	Centro de Educação Infantil
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CEM	Centro de Ensino Médio
CEMI	Centro de Ensino Médio Integrado
CEP	Centro de Educação Profissional
CEPI	Centro de Educação da Primeira Infância
CIL	Centro Interescolar de Línguas
CR	Creche
EBLP	Escola Bilíngue de Libras e Português Escrito
EC	Escola Classe
EPAR	Escola Parque
JI	Jardim de Infância
OUTROS	Outras Estruturas

Fonte: Elaborado pelas autoras.



Considerações Finais

A trajetória histórica da criação de Brasília e da formação do Distrito Federal evidencia que a transferência da capital para o Planalto Central não constituiu um evento isolado, mas o desdobramento de um projeto nacional amadurecido ao longo de mais de dois séculos. Desde as primeiras propostas formuladas ainda no período colonial até sua consolidação constitucional na República, a interiorização da capital esteve vinculada à integração territorial, à afirmação da soberania e à construção de uma identidade nacional orientada para o desenvolvimento do interior do país.

A concretização desse ideal ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek, quando a construção de Brasília se materializou como um empreendimento de grande envergadura técnica, política e simbólica. Planejada segundo os princípios do urbanismo modernista, a nova capital tornou-se referência internacional em arquitetura e organização urbana, reconhecimento consagrado em 1987 com sua inscrição como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Entretanto, a consolidação do Distrito Federal vai além do Plano Piloto e de seus monumentos. O intenso fluxo migratório impulsionado pelas obras resultou na formação de diversos núcleos urbanos que, ao longo das décadas, foram estruturados como Regiões Administrativas (RAs). A ampliação progressiva dessas regiões reflete o crescimento populacional, as dinâmicas socioeconômicas e os desafios da gestão territorial. A definição formal de limites, especialmente nas últimas décadas, demonstra a busca por maior organização administrativa e por um planejamento urbano mais eficiente. Assim, a evolução das 35 Regiões Administrativas atualmente existentes revela um processo contínuo de reorganização espacial e institucional, evidenciando que o Distrito Federal permanece em constante transformação.

Nesse contexto de crescimento territorial e o aumento da complexidade administrativa, também se desenvolveu a organização sistema do ensino no Distrito Federal através de sua regionalização. A história das Regionais de Ensino é marcada por um processo contínuo de adaptação institucional, que não surgiu de forma abrupta ou isolada, mas resultou de quase quatro décadas de experiências administrativas (1974-2011). Iniciado com os Distritos Educacionais na década de 1970, o modelo passou por diferentes configurações, como Complexo Escolar, Diretoria Regional (DRE), Divisão Regional (DRE) e Gerência Regional (GRE), até consolidar-se juridicamente na atual Coordenação Regional de Ensino (CRE).

Compreender essa evolução é fundamental para entender o papel contemporâneo das CRE, sua relevância na gestão do sistema educacional do DF e os fundamentos históricos que sustentam sua atuação. Trata-se de um percurso que acompanha não apenas as transformações da educação, mas também a própria história administrativa, territorial e urbana do Distrito Federal. Desse modo, o processo histórico aqui sistematizado reafirma que Brasília é mais do que a sede dos Três Poderes da República: é resultado de um projeto de nação, de um esforço coletivo de construção e de um sistema institucional em permanente consolidação e desenvolvimento.



Referência Bibliográfica

AGÊNCIA BRASIL. **Engenheiro da “estaca zero” de Brasília preferia anonimato, diz filha.** Brasília, em: 04 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/engenheiro-da-estaca-zero-de-brasilia-preferia-anonimato-diz-filha>. Acesso em: 02 fev. 2026.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Esboços para a capital desde 1927.** Brasília, em: 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/147148>. Acesso em: 02 fev. 2026.

AGÊNCIA CEUB. **Memórias da Capital: conheça a história de Joffre Mozart Parada, o 1º engenheiro de Brasília.** Agência de Notícias – UniCEUB, 20 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/cidades/memorias-da-capital-conheca-a-historia-de-joffre-mozart-parada-o-1o-engenheiro-de-brasilia/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

AGÊNCIA SENADO. **Brasília, a capital que precisou de 150 anos para sair do papel.** Brasília, em: 21 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-21/brasilia-a-capital-que-precisou-de-150-anos-para-sair-do-papel.html>. Acesso em: 02 fev. 2026.

AGÊNCIA SENADO. **Linha do tempo – Brasília: estrada longa e sinuosa.** Brasília, em: 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/04/brasilia-60-anos-2014-linha-do-tempo-uma-estrada-longa-e-sinuosa>. Acesso em: 03 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.** Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, em: 20 set. 1956, p.17905. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2874.htm. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.** Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, em: 13 abr. 1960, p.7001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3751.htm. Acesso em: 09 fev. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Brasília – capital e mudança.** Série Cadernos do Museu, n. 3. Brasília, em: 2003. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/copy_of_museu/publicacoes/arquivos-pdf/Brasilia-PDF.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Guia de obras de Oscar Niemeyer: Brasília 50 anos.** Brasília, em: 2010. Disponível em: https://Downloads/guia_obras_Brasilia.pdf. Acesso em: 04 fev. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 164, de 17 de setembro de 1991.** Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 184, em: 18 set. 1991, p. 02. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/14790/830933f6-7665-34e8-8d6d-c09045ab8b1a/arq/0/c0613170.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2.682, de 15 de janeiro de 2001.** Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 15, em: 22 jan. 2001, p. 01-02, republicado no DODF nº 16, em: 23 jan. 2001, p. 01-02. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/8572/5342cd79-1e82-3671-99aa-44126b6b43ed/arq/0/750eb4a2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 60, de 05 de dezembro de 1989.** Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 231, em: 06 dez. 1989, p. 03. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/13121/1d763682-62bd-3310-9ea0-0eba402bd349/arq/0/7c546508.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 1.955, de 2 de julho de 1998.** Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 124, em: 03 jul. 1998, p. 05 - republicado no DODF 133, em: 16 jul. 1998, p.03. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/10011/b0b4d87e-3a26-3cbb-bcc2-9a549ff09c7b/arq/0/488d82ef.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 21.397, de 31 de julho de 2000.** Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 146, em: 01 ago. 2000, p. 54-59. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/9657/b7f9a1f8-c74c-3515-a395-334a305dc40e/arq/0/e1802d29.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 3.547 de 03 de janeiro de 1977**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 30 - Suplemento, em: 11 fev. 1977, p. 01. Disponível em: <https://tinyurl.com/3dt76ajs>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 12.448, de 27 de junho de 1990**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 123 - Suplemento, em: 29 jun. 1990, p. 01-28. Disponível em: <https://tinyurl.com/378z53u5>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 24.688, de 24 de junho de 2004**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 120, em: 25 jun. 2004, p. 07, republicado no DODF nº 121, em: 28 jun. 2004, p. 28. Disponível em: <https://tinyurl.com/2tybuff6>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 33.409, de 12 de dezembro de 2011**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 237, em: 13 dez. 2011, p. 06-14. Disponível em: <https://tinyurl.com/4bs36fe8>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Governo do Distrito Federal. História - Brasília: a cidade-sonho**. Brasília, em: 21 out. 2015. Disponível em: <https://www.df.gov.br/historia/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Governo do Distrito Federal. Regiões Administrativas do Distrito Federal**. Brasília, em: 11 fev. 2025. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPE. **Evolução das Regiões Administrativas**. Brasília, em: 2020. Disponível em: <https://atlas.ipe.df.gov.br/?p=1714>. Acesso em: 06 fev. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1974**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 129, em: 23 ago. 1974, p. 07. Disponível em: <https://tinyurl.com/4d4wbcex>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Resolução nº 07/75-C.D, de 17/02/1975**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 47, em: 01 abr. 1975, p. 13. Disponível em: <https://tinyurl.com/4yfejcpx>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Resolução nº 2.391, de 29 de junho de 1988**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 177, em: 16 set. 1988, p. 09-12. Disponível em: <https://tinyurl.com/pxkumac9>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Resolução nº 4.164, de 14 de julho de 1993**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 145, em: 20 jul. 1993, p. 20. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/20470/dab3f053-2116-3197-921e-2183dbd9e921/arq/0/1f7226c7.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Resolução nº 95/76 - C.D, de 21/10/1976**. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 30 - Suplemento, em: 11 fev. 1977, p. 02-81. Disponível em: <https://tinyurl.com/3dt76ajs>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). **Dossiê Regiões Administrativas**. Brasília, em: 25 fev. 2025. Disponível em: <https://www.seduh.df.gov.br/dossie-regioes-administrativas>. Acesso em: 06 fev. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **40 Anos de Educação em Brasília**. Brasília, 2001, Cap. V, p.90.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ-DF)**. Brasília, em: 2026. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/>.

JORNAL DO GUARÁ. **Guará, 52 anos de história**. Brasília, em: 06 maio 2021. Disponível em: <https://jornaldoguara.com.br/2021/05/06/guara-52-anos-de-historia/>. Acesso em: 05 fev. 2026.

JORNAL OPÇÃO. **Uma pequena história de como Brasília foi possível e se tornou a capital do Brasil**. Brasil, em: 07 out. 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/uma->

pequena-historia-de-como-brasilia-foi-possivel-e-se-tornou-a-capital-do-brasil-47766/. Acesso em: 02 fev. 2026.

MANIÇOBA, Regina de S. **Periódicos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB)**. Criação de Regiões Administrativas no Distrito Federal e o Histórico da Definição de Seus Limites Geográficos. Brasília, em: 2019. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/ciga/>. Acesso em: 06 fev. 2026.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Construção de Brasília**. Brasil, em: [s.d]. Disponível em: <https://tinyurl.com/32r6br7t>. Acesso em: 03 fev. 2026.

PERSONAGENS DO DF. **Fatos e pessoas importantes na história de Brasília**. Brasília, em: 20 mar. 2018. Disponível em: <https://personagensdodf.wordpress.com/2018/03/20/fatos-e-pessoas-importantes-na-historia-de-brasilia/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

Referência de Imagem

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Bernardo Sayão – um herói do Cerrado**. Brasília, em: 04 jul. 2019. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/bernardo-sayao-um-heroi-do-cerrado>. Acesso em: 06 fev. 2026.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Nascidas com Brasília: senhoras e senhores, com vocês... as satélites**. Brasília, em: 31 out. 2019. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/e-surgem-as-cidades-satelites>. Acesso em: 04 fev. 2026.

AGÊNCIA CEUB. **Memórias da Capital: conheça a história de Joffre Mozart Parada, o 1º engenheiro de Brasília**. Agência de Notícias – UniCEUB, 20 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/cidades/memorias-da-capital-conheca-a-historia-de-joffre-mozart-parada-o-1o-engenheiro-de-brasilia/>. Acesso em: 04 fev. 2026.

AGÊNCIA SENADO. **Brasília, a capital que precisou de 150 anos para sair do papel**. Brasília, em: 21 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-21/brasilia-a-capital-que-precisou-de-150-anos-para-sair-do-papel.html>. Acesso em: 02 fev. 2026.

AGÊNCIA SENADO. **Fundação de Brasília: há 60 anos, país vivia clima de otimismo, modernidade e elegância**. Brasília, em: 08 maio 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/05/brasilia-60-anos-2014-a-festa-de-inauguracao>. Acesso em: 03 fev. 2026.

BRAZILIA.JOR.BR. **Pedra Fundamental - lançamento da Pedra Fundamental de Brasília, 07 set. 1922**. Brasília, em: 2012. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/1922-09-07-pedra-Fundamental-lancamento.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). **A praça que tudo testemunhou**. Brasília, em: 06 mar. 2025. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/praca-do-cruzeiro>. Acesso em: 06 fev. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). **Carta topográfica e administrativa da província de Goiás**. Brasília, em: 26 fev. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/2dvjm8nn>. Acesso em: 02 fev. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPE. **Atlas do Distrito Federal 2020 – Capítulo 4**. Brasília, em: 2020. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/documents/d/ipedf/atlas-do-distrito-federal-2020-capitulo-4-pdf>. Acesso em: 06 fev. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. **Dados educacionais - portal de dados educacionais do Distrito Federal**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://dadoseducacionais.se.df.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

FACEBOOK. **Brazlândia – álbum de fotos no Facebook**. Brasília, em: 02 abr. 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/aguiacobraface/photos?locale=pt_BR. Acesso em: 05 fev. 2026.

FACEBOOK. **Geração Rua Vila Nova Paranoá-DF Anos 80 – álbum de fotos no Facebook**. Brasília, em: 02 abr. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2024217711096620&set=p.2024217711096620>. Acesso em: 05 fev. 2026.

FACEBOOK. **Samambaia em Pauta – álbum de fotos no Facebook**. Brasília, em: 13 fev. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3c4a9c7b>. Acesso em: 06 fev. 2026.

G1. **História de Brasília: há 63 anos, JK dava pontapé inicial para a construção da nova capital**. Brasília, em: 19 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/brasil-60-anos/noticia/2019/09/19/historia-de-brasil-63-anos-jk-dava-pontape-inicial-para-construcao-da-nova-capital.ghtml>. Acesso em: 02 fev. 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rua em Planaltina (GO), em 1957**. Biblioteca do IBGE, Brasil, em: 2026. Autores: Alfredo José Porto Domingues e Tomas Somlo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=424750>. Acesso em: 05 fev. 2026.

INSTAGRAM. **Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) - Cruzeiro**. Brasília, em: 30 nov. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/arpdf/p/CW6IYYzPo2F/?img_index=3. Acesso em: 06 fev. 2026.

JORNAL DO GUARÁ. **Guará, 52 anos de história**. Brasília, em: 06 maio 2021. Disponível em: <https://jornaldoguara.com.br/2021/05/06/guara-52-anos-de-historia/>. Acesso em: 05 fev. 2026.

MEMORIALDADEMOCRACIA. **Os Criadores**. Brasil, em: [s.d]. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasil/2>. Acesso em: 06 fev. 2026.

PERSONAGENS DO DF. **Fatos e pessoas importantes na história de Brasília**. Brasília, em: 20 mar. 2018. Disponível em: <https://personagensdodf.wordpress.com/2018/03/20/fatos-e-pessoas-importantes-na-historia-de-brasil/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

RESTOS DE COLECÇÃO. **Monumento ao Marquês de Pombal**. Publicado em: 16 nov. 2014. Disponível em: <http://restosdecoleccion.blogspot.com/2014/11/monumento-ao-marques-de-pombal.html>. Acesso em: 06 fev. 2026.

SENADO FEDERAL. Biblioteca Digital. **Satélite era núcleo de fixação**. Recorte do Jornal de Brasília, em: 21 abr. 1995. Disponível em: <https://tinyurl.com/mwphets3>. Acesso em: 03 fev. 2026.

TOURINHO, Helena. **Uma breve história das cidades-satélites de Brasília**. ArchDaily Brasil, em: 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/998586/uma-breve-historia-das-cidades-satelites-de-brasil>. Acesso em: 03 fev. 2026.

VEJA. **Brasília – 50 anos**. Revista Veja Especial, n. 82, São Paulo, em: nov. 2009. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/revistas/A_revista_veja.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

WIKIPÉDIA. **Catetinho - 1960**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.]: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Catetinho,_Bras%C3%ADlia.jpg. Acesso em: 06 fev. 2026.

WIKIPÉDIA. **Regiões Administrativas do Distrito Federal (Brasil)**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.]: Wikimedia Foundation, 2026. Disponível em: <https://tinyurl.com/yx44vpkj>. Acesso em: 07 ago. 2026.

WIKIPÉDIA. **Vistas de Brasília - NOVACAP - Departamento de Viação e Obras**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.]: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vistas_de_Bras%C3%ADlia_-_NOVACAP_-_Departamento_de_Via%C3%A7%C3%A3o_e_Obras.jpg. Acesso em: 05 fev. 2026.

FOTOS DE CAPA DE FUNDO

- Centro de Ensino Especial 01 de Brasília

Acervo da SEEDF/SUBTIC/UNIS/DINFE.

- Centro de Ensino Fundamental 01 do Planalto

DISTRITO FEDERAL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Roteiro dos Acampamentos Pioneiros no Distrito Federal. Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/36Qy5db>. Acesso em: 1º out. 2019.

- Centro de Ensino Fundamental CASEB

FACEBOOK. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) – fotos. Disponível em: <https://www.facebook.com/ArPDF/photos>. Acesso em: 14 abr. 2026.

- Centro de Ensino Médio EIT

Acervo da SEEDF/SUBTIC/UNIS/DINFE.

- Escola Classe 403 Norte

FACEBOOK. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) – fotos. Disponível em: <https://www.facebook.com/ArPDF/photos>. Acesso em: 14 abr. 2026.

- Escola Classe 108 Sul

DISTRITO FEDERAL. Arquivo Público do Distrito Federal. **Revista Brasília, ano 4, n.40**. Publicado em: 21 abr. 1960. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/revista-brasilia>. Acesso em: 14 abr. 2026.



Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

